COLÔMBIA

Duque promete "transição pacífica"

Presidente conservador garante apoio para efetivar uma passagem de governo "eficaz e harmônica" ao sucessor, o ex-guerrilheiro Gustavo Petro, primeiro esquerdista a ocupar a Casa de Nariño e que enfrenta temores das elites que tradicionalmente comandam o país

No dia seguinte à vitória do ex-guerrilheiro e senador Gustavo Petro, o presidente Iván Duque se comprometeu, ontem, em assegurar uma passagem de poder tranquila para o primeiro governo de esquerda na Colômbia. "Todo o nosso apoio para garantir uma transição transparente, eficaz, harmônica e pacífica pelo bem do país", disse o conservador em uma intervenção virtual no XV Fórum Atlântico, que acontece na Casa América de Madri, na Espanha.

Aos 62 anos, Petro se elegeu em um segundo turno disputado com o 'outsider' milionário Rodolfo Hernández, de 77, com 50,4% da preferência do eleitorado, uma diferença de 700.601 votos. Diante da polarização do país, de 50 milhões de habitantes, o futuro ocupante da Casa de Nariño prometeu durante seu discurso de vitória um "grande acordo nacional" sem vingança, onde se encaixem essas "duas Colômbias".

"A primeira coisa que deve ser reconhecida para defender a democracia é quando há um pronunciamento popular. Claramente os colombianos elegeram um novo presidente ontem (domingo)", disse Duque no bate-papo virtual com o escritor hispano-peruano Mario Vargas Llosa.

O Nobel de literatura indagou o atual presidente sobre a vitória de Petro, depois de expressar seu desejo de que a eleição seja "apenas um acidente corrigível". "Que esses elementos centrais da Constituição sejam salvaguardados, protegidos e, para isso, a sociedade, o setor privado e todos os cidadãos estaremos sempre sendo exigentes", respondeu o presidente colombiano.

Reformas

Opositor ferrenho do impopular governo de Duque, Petro — prefeito de Bogotá entre 2012 e 2015 — enfrenta as desconfianças das elites que tradicionalmente governam o país, que temem que reformas possam afetar a propriedade privada e levar o país a um socialismo fracassado. Com promessas de fortalecer o Estado, aumentar impostos sobre os ricos e suspender a exploração de petróleo diante da crise climática, conquistou o apoio dos jovens — protagonistas de protestos massivos nos últimos três anos — e dos setores mais vulneráveis.

A partir de 7 de agosto, quando tomar posse ao lado de Francia Márquez, que também fará história como a primeira vice-presidente negra da Colômbia, Petro terá que responder aos desafios de uma grave crise. Empobrecido pela pandemia, com a maior produção de cocaína do mundo, o país também vem sendo castigado pelo ressurgimento da violência que se seguiu ao acordo de paz assinado em 2016 com a ex-guerrilha das Farc.

Por ontem ter sido feriado no país, a reação da bolsa e do mercado de câmbio ao triunfo da esquerda na quarta maior economia da América Latina será conhecida hoje. Nesse meio tempo, Francia Márquez, uma ambientalista de 40 anos, reforçou a mensagem de união de Petro. "O passo da reconciliação é com 50 milhões de colombianos; é com todos que vamos avançar na reconciliação, na paz, no fim das lacunas da desigualdade", disse à Rádio W. A vice anunciou que se ocupará desses temas em um futuro Ministério da Igualdade.

O presidente eleito propõe fortalecer o Estado, transformar o sistema de saúde e pensões e suspender a exploração petroleira para dar espaço às energias limpas diante da crise climática. Também durante a campanha, anunciou que restabelecerá relações com a Venezuela, rompidas desde 2019, implementará o acordo de paz de 2016 com as extintas Farc e conversará com o **Exército de Libertação Nacional,** a última guerrilha reconhecida no país.

No Congresso, Petro contará com uma bancada importante, mas sem garantir maiorias. O senador Roy Barreras, muito próximo ao presidente eleito, disse ontem que a coalizão que apoia o próximo governo fará pontes com outras forças. "O que vem agora é a formação de maiorias parlamentares que permitam concretizar estas reformas", indicou à rádio Caracol.

Barreras também afirmou que a nova administração enviará "sinais claros" de sua seriedade e responsabilidade, em alusão à nomeação do gabinete ministerial. Em campanha, Petro anunciou que nomearia ministros de outras tendências, diante da expectativa para as pastas de Economia e Defesa.

Petro será o primeiro ex-guerrilheiro a dirigir uma força armada com cerca de 400 mil militares e policiais, a segunda maior da região depois do Brasil, em meio ao conflito com grupos armados financiados pelo tráfico de drogas e mineração ilegal. No fim de abril, Petro acusou membros da cúpula militar de aliança com o Clã do Golfo, o maior grupo de narcotráfico do país.

Em resposta, o comandante do exército, general Eduardo Zapateiro, o acusou de "politicagem", em uma incomum intervenção política em um país onde a Constituição proíbe a força de segurança pública de participar no debate político e votar. "A desconfiança entre o presidente e os militares é significativa", destacou o analista Sergio Guzmán, da consultoria Colombia Risk Análisis.

Nesse cenário, Guzmán opinou que o esquerdista "terá que escolher um ministro da Defesa que tenha o respeito e a confiança dos membros das Forças Militares". Em caso contrário, destacou, a transição será um "desastre".

Aceno ao diálogo

O Exército da Libertação Nacional (ELN), a última guerrilha reconhecida na Colômbia, anunciou interesse em reiniciar negociações de paz com o presidente eleito, o esquerdista Gustavo Petro, após a ruptura dos diálogos pelo governo em fim de mandato. Por meio de uma declaração, o comando central da organização assinalou que "mantém seu sistema de luta e resistência política e militar, mas também sua plena disposição de avançar em um processo de paz que dê continuidade à Mesa de Conversas iniciada em Quito, em fevereiro de 2017". As conversas foram interrompidas pelo presidente Iván Duque depois que os rebeldes atacaram uma escola de polícia com um carro-bomba em janeiro de 2019. O ataque deixou 22 vítimas, além do agressor.

AFP

No centro de Bogotá, estátua do herói da independência colombiana Simon Bolívar amanheceu ontem com uma camiseta do Pacto Histórico, coalizão de Petro: população dividida

Bolsonaro confunde guerrilhas

Sem emitir uma manifestação oficial sobre a vitória de Gustavo Petro até a noite de ontem, o presidente Jair Bolsonaro comentou o resultado das eleições colombianas com apoiadores que o aguardavam em frente ao Palácio da Alvorada. "É um ex-guerrilheiro do MIR, Movimento de Esquerda Revolucionário", afirmou, fazendo uma confusão entre as lutas armadas. Na verdade, Petro integrou o grupo guerrilheiro M-19. O MIR foi um movimento que atuou no Chile, não na Colômbia, e do qual fizeram parte os sequestradores do empresário Abílio Diniz, em 1989.

Nem Bolsonaro, nem o Itamaraty se pronunciaram oficialmente até o fechamento desta edição sobre o desfecho da corrida presidencial colombiana. Porém, o presidente teria exposto a aliados sua preocupação com a vitória de mais um político de esquerda na região e o impacto desse cenário do Brasil.

Na conversa com os apoiadores, Bolsonaro comentou a declaração do ex-presidente Lula, seu principal opositor, de que teria, em 1998, intercedido junto ao então presidente Fernando Henrique Cardoso (FHC) e ao então ministro da Justiça, Renan Calheiros, em favor dos sequestradores de Abílio Diniz. "Deu recado aos narcotraficantes e bandidos do Brasil que estamos juntos, entenderam?", assinalou.

O vice-presidente Hamilton Mourão (Republicanos), por sua vez, desejou "sorte" ao vencedor — "porque administrar um país na situação que o mundo está enfrentando não é simples". "Nós temos interesses comuns com os colombianos, principalmente na questão da Amazônia, estamos aí dentro da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica. E a relação é de Estado para Estado independentemente do governo de turno", acrescentou Mourão.

ISRAEL

Fim de coalizão e nova eleição após um ano

Durou exato um ano a histórica aliança que reuniu legendas de direita, centro, esquerda e, pela primeira vez, um partido árabe, para encerrar os 12 anos de Benjamin Netanyahu como chefe de goveno de Israel. Ontem, a coalizão liderada pelo primeiro-ministro Naftali Bennett, surpreendeu o país ao anunciar sua intenção de dissolver o Parlamento para convocar a quinta eleição em menos de quatro anos. O Likud, de Netanyahu, aparece em pesquisas recentes como favorito, ainda que sem maioria.

"Meu amigo, o ministro das Relações Exteriores, e eu decidimos juntos dissolver o parlamento e definir uma data para as novas eleições", disse Bennett em discurso transmitido por todos os canais de Israel, com o chanceler Yair Lapid. Por acordo, o chefe da diplomacia ocupará o cargo de premiê no período entre a dissolução do Knesset e a formação de um novo governo. "Fizemos tudo o que podíamos para preservar a coalizão", garantiu Bennett.

De sua parte, Lapid agradeceu ao primeiro-ministro "que colocou os interesses nacionais à frente dos seus". "Ele é um líder corajoso e inovador e não tenho dúvidas de que terá seu lugar na liderança do Estado nos próximos anos", afirmou o chanceler.

Bennett e Lapid reuniram selaram a união histórica em junho do ano passado. O pacto previa um rodízio entre ambos à frente do Executivo e a substituição de Bennett por Lapid em caso de dissolução do Parlamento. O chanceler prometeu respeitar o acordo e convocar novas eleições, que, segundo a imprensa local, devem ser realizadas em 25 de outubro.

AFP

O premiê Naftali Bennett (E) e o chanceler Yair Lapid após anúncio do fim da aliança no parlamento

Colonos

A coalizão teve que enfrentar a questão da renovação da lei sobre os colonos, que permite que a legislação israelense seja aplicada aos mais de 475 mil judeus que vivem na Cisjordânia ocupada. O texto, de 1967, é ratificado a cada cinco anos pelo Parlamento, mas a oposição, que apoia majoritariamente essa lei, conseguiu em 6 de junho reunir a maioria dos votos contra a renovação do texto, esperando mostrar as tensões internas da coalizão.

A lei tinha que ser renovada antes de 30 de junho, ou os colonos israelenses na Cisjordânia perderiam sua proteção legal. No entanto, se a Câmara fosse dissolvida, a lei seria prorrogada automaticamente. "Com a expiração dessa legislação, Israel se arriscava a enfrentar problemas graves de segurança e um caos jurídico. Eu não podia aceitá-lo", disse Bennett, líder do grupo de direita radical Yamina, para justificar a decisão.

Nas semanas anteriores a essa votação, a coligação já havia perdido a maioria, com a saída de uma deputada do partido Yamina. Desde então, outro membro do partido de direita, Nir Orbach, ameaça deixar de apoiar o governo.

Nesse contexto, a oposição liderada por Netanyahu, acusado de corrupção em uma série de casos, ameaçou apresentar um projeto de lei para dissolver o Parlamento amanhã. Mas a coalizão se antecipou.

As sondagens mais recentes continuam situando o Likud, partido de direita de Netanyahu, na liderança das intenções de voto, mas sem ultrapassar o limite da maioria (61 deputados dos 120 no Parlamento) com seus aliados dos partidos ultraortodoxos e da extrema-direita.